

Índice de Desenvolvimento Humano – IDH

Adotado, desde 1990, pelo PNUD Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano - como medida padrão para comparar o desenvolvimento humano entre os países, o IDH ainda é o mais amplamente utilizado entre os índices sociais criados para medir o desenvolvimento humano, apesar das limitações que oferece para captar diferenças efetivas de qualidade de vida, ao não incluir em sua fórmula sintética, por exemplo, indicadores de distribuição de renda, de desemprego ou mesmo de violência entre jovens. No Brasil, a instituição encarregada do cálculo do IDH, para todas as unidades da Federação, incluindo os mais de 5.500 municípios, é o Ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, vinculado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Não se observa, no entanto, uma sistemática de cálculo deste índice para unidades territoriais menores que o município, prática que seria bastante útil quando se têm em vista os grandes aglomerados urbanos e todo o diversificado mosaico de situações econômicas e sociais neles encontrado.

Foi com o intuito de apreender o que é heterogêneo entre as diversas porções do território municipal e de utilizar este conhecimento tanto em análises comparativas quanto na fundamentação e na gestão de políticas públicas, que se efetuou, em 2002, o cálculo do IDH para os distritos do Município de São Paulo, por iniciativa da própria Prefeitura, através da então Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade (“Desigualdade em São Paulo: o IDH”, agosto de 2002). Foi necessária uma adaptação da fórmula geral do índice em face da pouca disponibilidade de dados desagregados para alguns dos indicadores utilizados.

Se as três dimensões gerais - renda, longevidade e educação permanecem presentes, tiveram de ser substituídos alguns de seus indicadores-padrão. Desse modo, o mapa do IDH Municipal, incluído nesta publicação, foi elaborado a partir do *ranking* dos 96 distritos, estabelecido no estudo citado, que teve como base os dados do Censo 2000 divulgados pelo IBGE até aquele momento. A informação sobre rendimento médio do chefe do domicílio para cada distrito substituiu a de PIB *per capita*, não disponível na agregação por distrito. Para a dimensão longevidade, substituiu-se o indicador de esperança de vida ao nascer, também não disponível na agregação por distrito, pelo de mortalidade infantil, proveniente da Fundação Seade. Na dimensão educação, houve a troca dos indicadores combinados de matrícula por nível de ensino (na época, não disponível por distrito) e taxa de alfabetização de adultos pela taxa de alfabetização combinada com anos de estudo, ambos indicadores referentes ao chefe do domicílio.

Apenas seis distritos - todos situados na porção sudoeste do município apresentaram IDH elevado pelos padrões do PNUD (acima de 0,800), enquanto em 38, localizados sobretudo nos extremos leste, sul e norte do município, mas também em sua porção central, o valor do IDH apontado foi inferior a 0,499 - considerado baixo pelos padrões adotados. Os demais 52 distritos, distribuídos num amplo anel limitado pelos dois grupos anteriores, registraram IDH em patamar considerado médio para o PNUD (entre 0,500 e 0,799).